



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.cachoeiro.es.gov.br

ANO XLVIII - Cachoeiro de Itapemirim - terça-feira - 22 de Abril de 2014 - Nº 4598

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

DECRETO Nº 24.466

DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta dos Memorandos de Seq. nº 2-6361/2014, 2-6433/2014, 2-6434/2014, 2-6722/2014 e 2-6997/2014, da SEME,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a designação temporária dos servidores relacionados em anexo, constantes dos respectivos Decretos.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 15 de abril de 2014.

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

RELAÇÃO ANEXA AO DECRETO Nº 24.466, DE 15/04/2014.

NOME	ONDE SE LÊ:	LEIA-SE:	A PARTIR DE	DECRETO Nº
NATHACHA PONCIO	Carga Horária: 25 h/s	Carga Horária: 44 h/s	24/02/14 a 23/03/14	24.318/14 (Retificado pelo 24.343/14)
NATHACHA PONCIO	Carga Horária: 44 h/s	Carga Horária: 25 h/s	24/03/14 a 31/12/14	24.343/14
ANA CECÍLIA PERES DE ALMEIDA	Cargo: PEB-A IV	Cargo: PEB-A I	24/03/14 a 31/12/14	24.438/14
MARIA FELOMENA FURTADO DE SOUZA	Período: 18/03/14 a 31/12/14	Período: 01/04/14 a 31/12/14	-----	24.438/14
CLAUDIA VOLPASSO CALDEIRA	Carga Horária: 25 h/s	Carga Horária: 40 h/s	04/04/14 a 31/12/14	24.318/14
REGINA APARECIDA DE OLIVEIRA	Carga Horária: 25 h/s	Carga Horária: 24 h/s	03/02/14 a 31/12/14	24.320/14
DAVI BATISTA REIS	Carga Horária: 19 h/s	Carga Horária: 32 h/s	25/03/14 a 31/12/14	24.438/14
GIOVANA PINHEIRO SANCHES	Carga Horária: 25 h/s	Carga Horária: 30 h/s	10/03/14 a 31/12/14	24.359/14

ILMA PEREIRA JUMELI ESQUINCALHA	Carga Horária: 13 h/s	Carga Horária: 20 h/s	05/02/14 a 31/12/14	24.318/14
ILMA PEREIRA JUMELI ESQUINCALHA	Carga Horária: 20 h/s	Carga Horária: 25 h/s	10/03/14 a 31/12/14	24.318/14
FERNANDA ARAÚJO BERÇACULO	Carga Horária: 13 h/s	Carga Horária: 20 h/s	05/02/14 a 31/12/14	24.318/14
FERNANDA ARAÚJO BERÇACULO	Carga Horária: 20 h/s	Carga Horária: 25 h/s	10/03/14 a 31/12/14	24.318/14
MARCIELY BUFALO DE SOUZA BARBIERI	Carga Horária: 25 h/s	Carga Horária: 15 h/s	20/02/14 a 31/12/14	24.342/14
SONIA CASIANI TOSTA	Carga Horária: 19 h/s	Carga Horária: 25 h/s	10/03/14 a 31/12/14	24.395/14
HEBERT ROCHA JORGE	Carga Horária: 19 h/s	Carga Horária: 27 h/s	24/02/14 a 31/12/14	24.359/14

DALVINHA BENTO NETO	Carga Horária: 42 h/s	Carga Horária: 46 h/s	21/02/14 a 31/12/14	24.318/14
FLORENCE PASCHOAL CANABARRO	Carga Horária: 26 h/s	Carga Horária: 28 h/s	04/02/14 a 20/02/14	24.318/14 (Retificado pelo 24.440/14)
FLORENCE PASCHOAL CANABARRO	Carga Horária: 28 h/s	Carga Horária: 30 h/s	21/02/14 a 31/12/14	
FABIANA BATISTA DE SOUZA	Carga Horária: 25 h/s	Carga Horária: 40 h/s	20/03/14 a 31/12/14	24.318/14
ROSANGELA ANDRADE DIAS RAMOS	Carga Horária: 18 h/s	Carga Horária: 20 h/s	17/02/14 a 31/12/14	24.318/14
DIRCEU RICARDO FREIRE	Carga Horária: 25 h/s	Carga Horária: 48 h/s	03/04/14 a 31/12/14	24.324/14
ROSELI CORREA GUILHERME DE OLIVEIRA	Carga Horária: 28 h/s	Carga Horária: 44 h/s	18/03/14 a 31/12/14	24.359/14
ANA CRISTINA DA CRUZ MEDEIROS	Carga Horária: 32 h/s	Carga Horária: 38 h/s	02/04/14 a 31/12/14	24.333/14
FLÁVIO AUGUSTO COZER	Carga Horária: 19 h/s	Carga Horária: 39 h/s	26/03/14 a 31/12/14	24.359/14
ANA CRISTINA CRUZ MEDEIROS	Carga Horária: 25 h/s	Carga Horária: 32 h/s	10/02/14 a 31/12/14	24.333/14
ANA PAULA ROCHA DE JESSUS	Carga Horária: 25 h/s	Carga Horária: 38 h/s	06/02/14 a 31/12/14	24.324/14

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS**

Prefeito Municipal

ABEL SANT ANNA JUNIOR

Vice – Prefeito

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Secretaria Municipal de Administração e Serviços Internos
Rua Brahim Antônio Seder, 34 - 3º Andar - Centro
Cachoeiro de Itapemirim – ES
E-mail: diariooficial.publicacao@gmail.com

PUBLICAÇÕES E CONTATOS (28) 3521-2001
DIÁRIO OFICIAL (28) 3522-4708

ROSIANE PESCA GIRO	Carga Horária: 30 h/s	Carga Horária: 33 h/s	13/02/14 a 31/12/14	24.318/14
JOSIAS MÁXIMO DE OLIVEIRA	Carga Horária: 48 h/s	Carga Horária: 49 h/s	10/02/14 a 31/12/14	24.318/14
CENIRA VIANA ALEIXO	Carga Horária: 25 h/s	Carga Horária: 50 h/s	10/02/14 a 31/12/14	24.318/14

DECRETO Nº 24.467

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. **CIDINEI RODRIGUES NUNES**, no exercício do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, 30 (trinta) dias de férias regulamentares a que tem direito, a partir de 02 de maio de 2014, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 4.009, de 20.12.94 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 15 de abril de 2014.

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 24.468

RETIFICA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 24.278, DE 09 DE JANEIRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Memorando de Seq. nº 2-6951/2014, da SEME,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o Decreto nº 24.278, de 09/01/2014, no que se refere à nomeação de **Euza Alves de Souza Tesch** para o cargo de **Gestor** da EMEB “Zeni Pires Ferreira”, onde se lê “**Categoria: 3ª**” leia-se “**Categoria: 2ª**”, no período de 10/01/2014 a 31/12/2014.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 16 de abril de 2014.

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 24.470

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES, NO EXERCÍCIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta dos Memorandos de Seq. nº 2-6355/2014, 2-6989/2014 e 2-6990/2014, da SEME,

RESOLVE:

Art. 1º Designar temporariamente 47 (quarenta e sete) professores, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, para atuarem nas Unidades de Ensino deste Município, conforme relação com as respectivas cargas horárias e disciplinas discriminadas no quadro em anexo, nos períodos mencionados, de acordo com o Artigo 38 da Lei nº 3.995/94, fixando-lhes os vencimentos mensais estabelecidos em Lei.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 16 de abril de 2014.

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

RELAÇÃO ANEXA AO DECRETO Nº 24.470, DE 16 DE ABRIL DE 2014.

Nº	NOME	CARGO	DISCIPLINA	C.H.	EMEB	INÍCIO	TÉRMINO
01	ALZENI NEVES GATTI DA COSTA	PEB-A I	Ed. Básica	40 h/s	Prof.ª Cely Santos Oliveira	07/04/14	21/04/14
02	DEYSE SILVA PINHEIRO BARROS	PEB-A IV	Ed. Básica	40 h/s	Normília da Cunha dos Santos	02/04/14	31/12/14
03	ERENI BARONE MACEDO	PEB-A IV	Ed. Básica	25 h/s	José Pinto	04/04/14	15/05/14
04	FRANCIANA VENIAL DA SILVA	PEB-A IV	Ed. Básica	40 h/s	Dr. Pedro Nolasco Teixeira Rezende	07/04/14	31/12/14
05	MARIA DAS GRAÇAS MORONNI DA SILVA OLIVEIRA	PEB-A IV	Ed. Básica	40 h/s	Lions Clube Frade e Freira	07/04/14	31/12/14
06	ROSANA GONÇALVES DOLORES	PEB-A IV	Ed. Básica	40 h/s	Zilma Coelho Pinto	13/03/14	31/07/14
07	ROSELICE ALVES ADÃO	PEB-A IV	Ed. Básica	40 h/s	Maria das Neves Soares de Albuquerque	08/04/14	31/12/14

08	ROSANE DE FREITAS VAILLANT	PEB-A IV	Ed. Básica	40 h/s	Maria Tereza Brandão de Melo	10/04/14	31/12/14
09	ROSANITA FÁTIMA DOS SANTOS DUARTE	PEB-A IV	Ed. Básica	40 h/s	Prof.ª Maria do Carmo Magalhães	27/01/14	31/12/14
10	SILVIA PONTES MATTOS COGO	PEB-A IV	Ed. Básica	40 h/s	Julietta Deps Tallon	09/04/14	09/05/14

11	LORENA DE SÁ SOUZA	PEB-B IV	Ed. Física	08 h/s	Newton Braga	10/03/14	31/12/14
12	ANA PAULA DE OLIVEIRA	PEB-B I	Ed. Básica	25 h/s	Teresa de Avelar Picoli	08/04/14	31/05/14
13	ALESSANDRA DE ALMEIDA BENTO	PEB-B I	Ed. Básica	40 h/s	Zeni Pires Ferreira	02/04/14	16/04/14
14	ELIANE ZARBONI PATUSSI	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Alto São Vicente	12/03/14	31/12/14
15	ELIZETE DE BACKER	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Prof.ª Gércia Ferreira Guimarães	02/04/14	31/12/14
16	IRIS MARIA DE SALLES BAPTISTA SOARES	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Sebastião da Rosa Machado	03/04/14	31/12/14
17	JULIANA DE OLIVEIRA BIBIANO	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Waldir Furtado Amorim	08/04/14	06/06/14
18	LUZINÉIA ADMIRAL LOPES	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Luiz Marques Pinto	03/04/14	17/04/14
19	LUIZ PAULO DALAPICLA RUFINO	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Prof. Elísio Cortes Imperial	02/04/14	31/12/14
20	MARIA DE LOURDES CARRILHO DO AMARAL	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Waldir Furtado Amorim	01/04/14	31/12/14
21	MAYARA BARBOSA DE SOUZA	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Jacomo Siloti	02/04/14	31/12/14
22	MARCILÉIA MADEIRA	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Saturmino Rangel Mauro	04/04/14	31/12/14
23	MARISE RODRIGUES REIS	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Monteiro Lobato	07/04/14	31/12/14

24	MARILENE MARIA DE MORAES BARBOSA	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Lions Clube Frade e Freira	03/04/14	31/12/14
25	NAIR DA CONCEIÇÃO SANTOS	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Pe. Gino Zatelli	11/04/14	31/12/14
26	ROBERTA PARTELLI SANTANA	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Prof. Florisbela Neves	04/04/14	31/12/14
27	VANESSA DE LIMA ZANON GAMA COTTA	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Lions Clube Frade e Freira	08/04/14	31/12/14
28	ANDREA SANTANA	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Pe. Gino Zatelli	07/04/14	31/12/14
29	SEDIVA BAPTISTA DE FARIA	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Lions Clube Frade e Freira	07/04/14	31/12/14
30	SILVANIA DE OLIVEIRA BASTOS PARIS	PEB-B IV	Ed. Básica	25 h/s	Maria Tereza Brandão de Mello	30/01/14	31/12/14
31	CARMEM LÚCIA CHAGAS DE OLIVEIRA PINTO	PEB-C IV	Artes	17 h/s	Anísio Vieira Ramos	03/04/14	31/12/14
32	JAQUELINE BITTENCOURT PIOVANELLI	PEB-C IV	Artes	23 h/s	Galdino Theodoro da Silva	15/04/14	31/12/14
33	DANIELA LOPES NUNES DE OLIVEIRA	PEB-C IV	Ed. Física	03 h/s	Carin Tanure	08/04/14	31/12/14

34	VIVIAN BATISTA PAREDES	PEB-C IV	Geografia	19 h/s	Anacleto Ramos	10/04/14	31/12/14
35	ELIANE BAGATOL RIBEIRO	PEB-C IV	Inglês	07 h/s	Prof. Pedro Estelita Herkenhoff	11/04/14	31/12/14
36	LOANA BASTOS ESCARPINI	PEB-C IV	Inglês	20 h/s	SEME/SEB	26/03/14	31/12/14
37	MARCELE SILVA DOS SANTOS	PEB-C IV	Inglês	32 h/s	SEME/SEB	26/03/14	31/12/14
38	PAULO SÉRGIO VICENTE DA SILVA	PEB-C IV	Inglês	20 h/s	SEME/SEB	26/03/14	31/12/14

39	GIRLANE SANTOS FERREIRA	PEB-C IV	L. Portuguesa	25 h/s	Galdino Theodoro da Silva	11/04/14	31/12/14
40	MÁGNA APARECIDA BORGES FARIA	PEB-C IV	L. Portuguesa	50 h/s	Galdino Theodoro da Silva	03/04/14	31/12/14
41	KÁRINA RAPHAEL	PEB-C IV	Matemática	19 h/s	Prof. Gércia F. Guimarães	03/04/14	31/12/14
42	WESLEY JOSÉ DOS SANTOS	PEB-C IV	Matemática	13 h/s	Jácomo Siloti	03/04/14	16/04/14

43	ELAINE NALESSO PERDEZINI	PEB-D IV	Pedagogia	25 h/s	José Peixoto	01/04/14	31/12/14
44	FERNANDA DE MORAES CONCEIÇÃO	PEB-D IV	Pedagogia	40 h/s	SEME	14/04/14	31/12/14
45	LUCINÉIA GOLTARA	PEB-D IV	Pedagogia	25 h/s	Sebastião da Rosa Machado	02/04/14	31/12/14
46	MÁRCIA CRISTINA MATOS	PEB-D IV	Pedagogia	25 h/s	Luiz Marques Pinto	04/04/14	31/12/14
47	SHIRLEY SANTOS PEREIRA	PEB-D IV	Pedagogia	40 h/s	Pe. Gino Zatelli	07/04/14	31/12/14

DECRETO Nº 24.471

TORNA SEM EFEITO DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta dos Memorandos de Seq. nº 2-6306/2014, 2-6361/2014, 2-6646/2014, 2-6648/2014, 2-6650/2014, 2-6919/2014, 2-6928/2014, 2-6929/2014, 2-6930/2014 e 2-6931/2014, da SEME,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a designação temporária dos servidores relacionados no quadro abaixo, constantes dos respectivos Decretos, a partir das referidas datas.

NOME	CARGO	LOCALIZAÇÃO/ EMEB	C.H.	A PARTIR DE:	DECRETO Nº
MARISE RODRIGUES REIS	PEB-A IV	Dr. Pedro Nolasco Teixeira de Rezende	40 h/s	07/04/14	24.318/14
MARIA IZABEL LIMA	PEB-C IV	Luiz Marques Pinto	25 h/s	03/04/14	24.318/14
ROMULO DE OLIVEIRA SUHETT	PEB-C IV	Galdino Theodoro da Silva	25 h/s	01/04/14	24.438/14
NATHACHA PONCIO	PEB-C IV	Luiz Semprini	17 h/s	24/03/14	24.440/14 (Retificação de DT)
ISABEL PORTO NEVES LOPEZ	PEB-C IV	Anacleto Ramos	19 h/s	13/02/14	24.359/14
ROSANA GONÇALVES DOLORES	PEB-B IV	Prof.ª Maria das Dores Pinheiro Amaral	25 h/s	17/03/14	24.395/14
VERÔNICA DE SOUZA PEREIRA	PEB-C IV	Jenny Guardiã	15 h/s	10/02/14	24.318/14
THAMIRIS ALMEIDA FRAGA	PEB-C IV	Jenny Guardiã	20 h/s	10/02/14	24.318/14
SELMA MARIA FERREIRA DA SILVA MACHADO	PEB-B IV	Pe. Gino Zatelli	25 h/s	03/04/14	24.318/14
SAMIA NAZARETH ROSA FARIAS	PEB-A IV	Maria das Neves Soares Albuquerque Espíndula	40 h/s	07/04/14	24.318/14
PATRICIA ALMEIDA WINGLER	PEB-C IV	Anacleto Ramos	19 h/s	07/04/14	24.438/14
JORDANA CARRARI PIMENTA	PEB-A IV	Maria Tereza Brandão de Melo	40 h/s	08/04/14	24.318/14
LESSANDRA VANINI MACATROZO	PEB-D IV	Prof.ª Maria do Carmo Magalhães	25 h/s	09/04/14	24.318/14
JEAN PATRICK SOARES DO NASCIMENTO	PEB-B IV	Jácomo Siloti	25 h/s	09/04/14	24.318/14

ANDRESSA DE MENEZES AMORIM	PEB-B IV	Pe. Gino Zatelli	25 h/s	10/04/14	24.318/14
MARCELA DE VARGAS SILVA	PEB-B IV	Monteiro Lobato	25 h/s	04/04/14	24.438/14
ROSIMERE PASSOS DE SOUZA	PEB-D IV	Prof.ª Gércia Ferreira Guimarães	40 h/s	14/04/14	24.342/14
MICHELE DE PAULO MONTEIRO	PEB-C IV	Galdino Theodoro da Silva	25 h/s	09/04/14	24.318/14
LUIZ AUGUSTO DA CRUZ MATTOS	PEB-C IV	Dr.ª Rita de Cássia Vieira Vereza	18 h/s	09/04/14	24.333/14
TÂNIA LUCIA MARCHIORI	PEB-C IV (Ens. Religioso)	Áurea Bispo Depes	25 h/s	25/02/14	24.318/14

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 16 de abril de 2014.

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS**

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

FORNECEDOR: PME MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Contratação dos serviços de revisão de 250 (duzentas e cinquenta) horas de 1 (uma) máquina Retroescavadeira, Tipo Aberta, Marca New Holland, Modelo 110B, Cor Amarelo, Chassi HBZN110BPCA05063, ano 2013/2013, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAG.

VALOR: R\$ 1.841,98 (hum mil, oitocentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos).

RESPALDO: Lei nº 8.666/93, Art. 24, Inciso XVII.

PROCESSOS: Prot. Nº 1-5.164/2014.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
GESTÃO ESTRATÉGICA**

DECISÃO ADMINISTRATIVA

(Republicada por incorreção no título)

A COORDENADORIA EXECUTIVA DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON - vinculada a SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA - SEMGES, torna público a emissão da DECISÃO ADMINISTRATIVA abaixo relacionada em virtude da recusa do respectivo AUTUADO em recebê-la ou da impossibilidade da ciência pessoal.

O AUTUADO terá 10 (dez) dias a partir da publicação para, caso queira, RECORRER da referida decisão, devendo o recurso ser dirigido a Ilmª Srª Secretária Municipal de Gestão Estratégica, sendo protocolizado neste Órgão de Defesa do Consumidor. Transcorrido “*in albis*”, sem interposição de recurso, os autos serão encaminhados a Secretaria Municipal de Fazenda para os procedimentos necessários de recolhimento da multa aplicada.

FA: 0111.000.919-2

Autuado: R. S. ANTUNES ME

CNPJ : 11.084.775/0001-09

Fundamento legal : Artigo 55, parágrafo 4º, da Lei 8.078/90.
Valor: R\$ 2.000,00 (Dois Mil reais)

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 14 de Abril de 2014.

ROGÉRIO DA SILVA ATHAYDE
Coordenador Executivo de Defesa do Consumidor
Decreto nº 23.571/2013

AGERSA

PORTARIA Nº 016/2014

(Republicada por incorreção no cargo)

O DIRETOR PRESIDENTE INTERINO DA AGERSA – Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim-ES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6537/11, resolve:

Art. 1º - Exonerar a pedido o servidor CARLA OLIVEIRA DE ANDRADE, matrícula n.º 000094, do cargo de Auxiliar de Ouvidoria, com vínculo na AGERSA – Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim-ES, a partir de 10 de Abril de 2014.

Art. 2º - Publique-se para todos os efeitos legais.

Cachoeiro de Itapemirim- ES, 14 de Abril de 2014.

PAULO CÉSAR DA SILVA TORRES

Diretor Presidente Interino

Decreto n.º 24.373/2014

PORTARIA Nº 018/2014

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012.

O DIRETOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA AGERSA-AGENCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DELEGADOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 6537/11, RESOLVE:

Art.1º- Convocar os candidatos abaixo, aprovados e classificados no Concurso Público nº 001/2012.

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO
2º	000384	RAYZA ARPINI ABREU	Auxiliar de Ouvidoria
3º	000411	CARLA LAGE DUARTE	Coordenador de Regulação de Saneamento

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Cachoeiro de Itapemirim, 22 de Abril de 2014.

PAULO CESAR DA SILVA TORRES

Diretor Presidente em Exercício

DATA CI**EXTRATO CONTRATO****ESPÉCIE:** Primeiro Aditivo ao Contrato Nº 04/2012**LOCATÁRIA:** DATA CI - Companhia de Tecnologia da Informação de Cachoeiro de Itapemirim.**LOCADOR:** Sr. Rafael Altoé Faro**OBJETO:** locação 4 m2 (quatro metros quadrados) do terreno, localizado no Ponto Mirante Alto Formoso, Vargem Alta-ES contido na propriedade rural cujo registro no Cartório de Imóveis está sob o nº 1213 e registro no INCRA nº 507.059.0165.500-6 de propriedade do LOCADOR.**VIGÊNCIA:** 24/04/ 2014 a 24 /04/ 2016 (24 meses).**DATA DA ASSINATURA:** 23/04/2014**SIGNATÁRIOS:** Edmar Lyrio Temporim - Diretor Presidente, Carla da Costa Araújo - Diretora de Tecnologia da Gestão - DATA CI e Sr. Rafael Altoé Faro - LOCADOR**EXTRATO CONTRATO****ESPÉCIE:** Contrato de Prestação de Serviços nº 04/2014.**CONTRATANTE:** DATA CI - Companhia de Tecnologia da Informação de Cachoeiro de Itapemirim.**CONTRATADA:** CADUCEU E LIBRA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-ME**OBJETO:** contratação de empresa/ profissional especializado na prestação de serviços contábeis.**VALOR:** valor global R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**VIGÊNCIA:** 12 meses a contar da data da assinatura.**DATA DA ASSINATURA:** 01/04/2014**SIGNATÁRIOS:** Edmar Lyrio Temporim - Diretor-presidente DATA CI, Carla da Costa Araújo - Diretora de Tecnologia de Gestão DATA CI e Fabricio Andreão Oliveira - CADUCEU E LIBRA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-ME, Monica Ronchete Borges Cerreira - CADUCEU E LIBRA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-ME**INDÚSTRIA E COMÉRCIO****COMUNICADO**

R S LANTERNAGEM LTDA ME CNPJ: Nº13.030.179/0001-71, torna público que OBTEVE da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA a Licença de Instalação - LI, Nº 054/2014, com validade até 26 de junho de 2014, para a atividade 05.10 - Reparação, retífica ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e mecânicos diversos, inclusive motores automotivos, com ou sem pintura por aspersão, incluindo oficinas mecânicas, localizada na Rodovia BR 482, Nº933, Safra - Cachoeiro de Itapemirim - ES.

NF: 0853

COMUNICADO

ROCHA STONES MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME - CNPJ: Nº10.968.270/0001-44 torna público que OBTEVE da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, Licença Prévia - LP Nº 036/2014, válida até 28 de abril de 2014, a Licença

de Instalação - LI Nº 060/2014, válida até 30 de junho de 2014 e a Licença de Operação - LO nº 064/2014, válida até 31 de março de 2018, para a atividade de 03.03 - corte e acabamento / aparelhamento de rochas ornamentais, e/ou polimento manual ou semi-automatico quando exclusivos. localizada na Rodovia Ricardo Barbieri - S/Nº - KM 02 - Rui Pinto Bandeira, Cachoeiro De Itapemirim - ES.
NF:0854

COMUNICADO

SOLLI'S SOLUÇÕES EM ÁGUAS INDUSTRIAIS LTDA ME, CNPJ Nº 14.433.019/0001-36, torna público que OBTEVE da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA a Anuência Prévia Ambiental - APRA Nº 002/2014, para atividade de fabricação de produtos de limpeza e polimento, localizada na Rodovia Ricardo Barbieri, 55 - Boa Vista - Cachoeiro de Itapemirim - ES.
NF : 0855

COMUNICADO

INTEGRAN COMÉRCIO DE MÁRMORES E GRANITOS, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME, CNPJ Nº 08.543.676/0001-33, torna público que REQUEREU a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA a ALTERAÇÃO de titularidade da Licença de Operação LO, por meio do protocolo nº37456/2013, para a atividade de 03.04 Desdobramento e/ou polimento e/ou corte e aparelhamento de rochas ornamentais, quando associados entre si. , localizada à Rodovia Cachoeiro x Safra, S/Nº, Álvaro Tavares - Cachoeiro de Itapemirim - ES, anteriormente concedida para POLIMENTO RIO BONITO EIRELI-EPP, CNPJ 08.794.800/0001-33 - Cachoeiro de Itapemirim - ES.
NF: 0856

FOZ DE CACHOEIRO S.A
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2013**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Senhores Acionistas, em atendimento aos procedimentos legais e estatutários, a diretoria da Foz de Cachoeiro S.A. tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cachoeiro de Itapemirim. 22 de abril de 2014.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2013	2012
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	3.727	8.074
Contas a receber.....	6	9.210	9.162
Tributos a recuperar.....	7	2.818	2.533

Estoques.....		411	356
Outros ativos.....		367	292
		16.533	20.417
Não circulante			
Realizável a longo prazo.....			
Fundos restritos.....	2,5	3.159	2.062
Tributos a recuperar.....	7	2.757	2.736
Outros ativos.....		160	332
		6.076	5.130
Intangível.....	8	158.599	147.986
		164.675	153.116
Total do ativo.....		181.208	173.533

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2013	2012
Circulante.....			
Fornecedores.....	2,7	3.109	2.802
Empréstimos e financiamentos.....	9	6.870	7.020
Salários e encargos sociais.....		2.354	1.144
Tributos a pagar.....		651	564
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.....	12 (d), (e)	6.184	17.067
Outros passivos.....		475	411
		19.643	29.008
Não circulante.....			
Empréstimos e financiamentos.....	9	69.931	64.199
Partes relacionadas.....	10	1.662	1.521
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.....	12 (d), (e)	13.330	13.330
Tributos diferidos.....	11 (a)	11.589	9.361
Outros passivos.....		735	403
		97.247	88.814
Patrimônio líquido.....	12		
Capital social.....		44.531	44.531
Reserva de capital.....		31	31
Reservas de lucros.....		19.756	11.149
		64.318	55.711
Total do passivo e patrimônio líquido.....		181.208	173.533

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2013	2012
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços e vendas.....	13 (a)	82.368	70.014
Custos dos serviços prestados e vendas.....	13 (b)	(47.194)	(38.199)
Lucro bruto.....		35.174	31.815
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas.....	13 (c)	(17.393)	(13.466)
Outras receitas, líquidas.....		(2)	(24)
Lucro operacional antes do resultado financeiro.....		17.779	18.325
Resultado financeiro.....	13 (d)		
Receitas financeiras.....		1.645	1.287
Despesas financeiras.....		(4.278)	(2.894)
Lucro antes do imposto de renda contribuição social.....		15.146	16.718
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	11 (b)	(1.569)	(1.504)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	11 (b)	(2.228)	(2.475)
Lucro líquido do exercício.....		11.349	12.739
Lucro por ação básico e diluído de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação).....	12 (f)	4,49	5,05

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	15.146	16.718
Ajustes		
Amortização.....	8.522	6.301
Valor residual do ativo intangível baixado.....	6	19
Margem de lucro de construção.....	(413)	(328)
Juros e variações monetárias, líquidas.....	4.314	2.703
	27.575	25.413
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber.....	(208)	(1.485)
Tributos a recuperar.....	(306)	1.943
Estoques.....	(55)	(40)
Outros ativos.....	257	(133)
Fornecedores.....	(1.952)	(2.325)
Salários e encargos sociais.....	1.210	32

Tributos a pagar.....	922	(1.057)
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	(13.214)	(14.132)
Outros passivos.....	397	360
Caixa proveniente das operações.....	14.625	8.576
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(2.815)	(1.348)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais.....	11.810	7.228
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	(1.097)	(1.028)
Adições ao intangível	(15.505)	(12.803)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(16.602)	(13.831)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	11.897	17.363
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(6.496)	(1.654)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(5.097)	(4.158)
Partes relacionadas	141	1.500
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	445	13.051
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	(4.347)	6.448
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.074	1.626
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.727	8.074

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: A Foz de Cachoeiro S.A. (“Companhia”), foi constituída sob a razão social de Águas de Cachoeiro S.A., com o objetivo de captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários, atuando no perímetro urbano do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, mediante concessão, obtida em 14 de julho de 1998, com duração inicial de 30 anos. Em 12 de junho de 2006, a Companhia junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro, assinou o sétimo termo de aditamento ao contrato de concessão, que aumentou o prazo de duração da concessão, para mais 7 anos e 6 meses, ajustando o término do referido contrato do ano de 2028 para o ano de 2036. Em 19 de agosto de 2008, o controle acionário da Companhia, anteriormente exercido pelos acionistas Águia Branca Participações S.A. e Cepemar Administração e Participações Ltda., foi transferido para a Foz do Brasil Participações e Investimentos S.A. (“FBPI”), por meio da compra da totalidade das ações de emissão da Companhia. Para essa alteração, foram obtidas as anuências da AGERSA – Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim (poder concedente) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2008, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, que modificou a razão social da Companhia de Águas de Cachoeiro S.A. para Foz de Cachoeiro S.A., nesta mesma data, houve uma cisão parcial da FBPI, com a transferência da totalidade das ações

da Companhia para a Odebrecht Ambiental S.A. (“ODB Ambiental”). Em 29 de dezembro de 2011, a Companhia junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro, assinou o nono termo de aditamento ao contrato de concessão, que aumentou o prazo de duração da concessão, para mais 12 anos e 6 meses, ajustando o término do referido contrato do ano de 2036 para o ano de 2048. Tal alteração visou promover o equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. Em 2013, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 3.110, em virtude do saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio com sua controladora, classificado no grupo de circulante, no montante de R\$ 6.184 (Notas 12 (d) e (e)). A Companhia conta que o volume planejado de suas operações para os exercícios seguintes serão suficientes para gerar fluxo de caixa positivo e cumprir as obrigações contratuais e financeiras. Adicionalmente, a Companhia conta com o acesso a recursos financeiros do controlador direto, ODB Ambiental, caso seja necessário para fazer face aos passivos de curto prazo. A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht (“Organização”) e controlada pela ODB Ambiental. 2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. 2.1. Base de preparação: A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A Companhia não possui outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 2013 e 2012. Dessa forma, as demonstrações de resultados abrangentes nessas datas não foram apresentadas. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 10 de abril de 2014. 2.2. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com insignificante risco de mudança de valor. 2.3. Ativos financeiros: 2.3.1. Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Fundos restritos” e “Contas a receber” (Notas 5, 2.5 e 6). 2.3.2. Reconhecimento e mensuração: A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. 2.3.3 Impairment de ativos financeiros e não financeiros: A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de impairment. Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas por impairment tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para os exercícios findos em 2013 e 2012. 2.4. Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão

para créditos de liquidação duvidosa, calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber (Nota 6).

2.5. Fundos restritos: Os fundos restritos se referem, basicamente, a depósitos bancários em fundos de investimento de renda fixa, com rendimentos de cerca de 95% do CDI, que têm sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamento com o BNDES. Os valores são retidos até o final dos contratos (Nota 9).

2.6. Ativos intangíveis: (a) Contrato de concessão: A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários, pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente no contrato de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01 (R1)) e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão. (b) Direito de uso: O direito de uso refere-se à exploração do contrato público firmado entre a Companhia e o poder concedente.

2.7. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante. Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

2.8. Empréstimos e financiamentos: São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais e base negativa, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.10. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, provável que benefícios econômicos futuros sejam apurados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir: (a) Receita de serviços: A receita compreende o valor presente pela prestação dos serviços, e é reconhecida na medida em que o serviço é prestado e medido. (b) Receita de venda: A receita de venda compreende o excedente de energia elétrica gerado pela Pequena Central Hidrelétrica ("PCH"), e é reconhecida na medida em que o excedente de energia gerado é disponibilizado na rede de distribuição multiplicado pelo preço de mercado. (c) Receita de construção: A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (ICPC 01 (R1) e OCPC 05), já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de

construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão, segundo o método de porcentagem de conclusão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2013 e 2012 é de 2% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão. Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível).

2.11. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.12. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta MP. A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e a adoção de forma antecipada dos preceitos atualmente disciplinados pela MP não deverá produzir impactos relevantes nas presentes demonstrações financeiras. Não obstante, a Companhia está aguardando a conversão da referida MP em Lei para que possa decidir sobre a efetiva adoção antecipada da opção, após análise do texto final a ser promulgado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir. (a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos: A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. (b) Reconhecimento de receita de construção: A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão para tabularizar seu contrato de construção. O uso do método requer que a Companhia estime o estágio de execução de cada contrato até a data (base do balanço como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato (Nota 2.10 (c))).

4. Gestão de risco financeiro:

4.1 Fatores de risco financeiro: (a) Considerações gerais: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fundos restritos, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita

através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios de 2013 e 2012. (b) Risco de crédito: A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A Companhia possui créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2013, de R\$ 1.094 (2012 – R\$ 1.046), para fazer face aos riscos de crédito (Nota 6). (c) Risco de liquidez: Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém caixa e equivalentes de caixa de R\$ 3.727 (2012 – R\$ 8.074). 4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o respectivo custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro, podem ser assim sumariados:

	2013	2012
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 9)	76.801	71.219
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	(3.727)	(8.074)
(-) Fundos restritos (2.5).....	(3.159)	(2.062)
Dívida líquida.....	69.915	61.083
Total do patrimônio líquido.....	64.318	55.711
Total do capital.....	134.233	116.794
Índice de alavancagem financeira (%).....	52%	52%

4.3 Instrumentos financeiros por categoria:

	2013	2012
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa.....	3.727	8.074
Contas a receber.....	9.210	9.162
Fundos restritos.....	3.159	2.062
	16.096	19.298

	2013	2012
Outros passivos financeiros		
Fornecedores.....	3.109	2.802
Empréstimos e financiamentos.....	76.801	71.219
	79.910	74.021

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	2013	2012
Fundo fixo.....	9	9
Banco conta movimento.....	2.363	1.951
Aplicações financeiras (i).....	1.355	6.114
	3.727	8.074

(i) O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013 está representado por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata, certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas com bancos de primeira linha, sendo a remuneração relacionada a uma variação média entre 80% e 100,7% do CDI.

6. Contas a receber:	2013	2012
Clientes públicos e privados (*).....	10.030	9.392
Energia elétrica (**).....	274	816
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD").....	(1.094)	(1.046)
	9.210	9.162

(*) O saldo refere-se a prestação de serviço de saneamento básico cobrado diretamente dos usuários no Município de Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. (**) O saldo refere-se à faturamento de excedente de energia elétrica. As contas a receber estão apresentadas aos seus valores justos, líquidos de impairment. O critério para constituição da PCLD são os títulos a receber de usuários particulares e órgãos públicos vencidos há mais de 180 dias.

7. Tributos a recuperar:	2013	2012
INSS retido sobre serviços.....	44	
ISS sobre serviços.....	3	
Imposto de renda.....	787	170
Contribuição social.....	274	2
PIS e COFINS (*).....	3.228	3.947
ICMS - CIAP (**).....	1.239	1.150
	5.575	5.269
(-) Circulante.....	(2.818)	(2.533)
Não circulante.....	2.757	2.736

(*) O saldo representa a opção exercida de utilização dos créditos da contribuição para o PIS e da COFINS, para as aquisições de máquinas e equipamentos destinados à suas operações, conforme art. 1º da Lei nº 11.774/08, e dos créditos da contribuição para o

PIS e da COFINS nas incorporações de edificações ao ativo intangível para utilização nas suas operações, conforme disposto no art. 6º da Lei nº 11.488/07. (**) O saldo de ICMS - CIAP refere-se a crédito tributário constituído na aquisição de ativos utilizados na PCH. O crédito está sendo apropriado a razão de 1/48 avos, em conformidade com o artigo 83, § 1º, do RICMS/ES e disciplinado pelo Ajuste SINIEF nº 08/97. 8. Intangível: (a) Composição:

	2013			2012
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Sistema de água e esgoto.....	157.956	(35.024)	122.932	112.757
Ágio alocado por aquisição do direito de concessão.....	33.503	(5.355)	28.148	28.965
Adiantamentos a fornecedores.....				1.525
Intangível em formação.....	7.519		7.519	4.739
	198.978	(40.379)	158.599	147.986

A Companhia é responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, por meio de contratação de terceiros e assim estando exposta aos seus riscos e benefícios. O saldo do intangível em formação refere-se à obras de otimização e ampliação do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES com expectativa de conclusão no 1º semestre de 2014.

(b) Movimentação:	2013	2012
Saldo no início do exercício.....	147.986	137.690
(+) Adições.....	19.141	16.616
(-) Baixas.....	(6)	(19)
(-) Amortização.....	(8.522)	(6.301)
Saldo no final do exercício.....	158.599	147.986

As adições ocorridas no exercício de 2013 referem-se, substancialmente, ao intangível em formação e a expansão da rede de esgoto. (c) Capitalização de juros e encargos financeiros: A capitalização ocorre durante o período no qual o ativo encontra-se em fase de construção, considerando os juros e encargos financeiros originados nos recursos obtidos para o financiamento das obras. Em 2013, a Companhia capitalizou juros e encargos financeiros, nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 964 (2012 – R\$ 1.544), durante o período no qual os ativos estavam em construção.

9. Empréstimos e financiamentos:

Instituição financeira	Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	2013	2012
BNDES.....	Estruturado	TJLP + juros de 2,05% a.a.	jan/2025	46.864	53.483
BNDES.....	Estruturado	TJLP + juros de 2,51% a.a. e UMIPCA-M + juros de 2,51% a.a.	jun/2027	29.864	17.566
				76.728	71.049
Diversas.....	Finame	Juros de 4,5% a.a.	set/2014	73	170
				76.801	71.219
(-) Circulante.....				(6.870)	(7.020)
Não circulante.....				69.931	64.199

(a) Movimentação:	2013	2012
Saldo no início do exercício.....	71.219	55.420
(+) Adição de principal.....	11.897	17.363
(+) Adição de juros.....	5.278	4.248
(-) Amortização de principal.....	(6.496)	(1.654)
(-) Amortização de juros.....	(5.097)	(4.158)
Saldo no final do exercício.....	76.801	71.219

(b) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2013	2012
2014.....		6.513
2015.....	8.166	7.422
2016.....	9.987	8.336
2017.....	9.787	8.336
2018.....	9.787	8.336
2019.....	9.787	8.336
2020.....	5.900	4.449
2021.....	5.547	4.096
2022.....	3.385	2.486
2023.....	2.398	2.389
2024 em diante.....	5.187	3.500
	69.931	64.199

(c) Garantias e outras informações relevantes: A Companhia busca estruturar o financiamento dos seus investimentos na modalidade de financiamento a projetos, visando uma adequada mitigação e alocação de riscos, contando com o necessário suporte dos acionistas para a conclusão dos projetos. Neste sentido, a garantia concedida ao financiamento da Companhia em 2013 é de R\$ 76.728 (2012 – R\$ 71.049) classificadas como projetos e suporte dos acionistas. As garantias de projeto e suporte dos acionistas compreendem, de forma geral, a cessão ou penhor dos direitos creditórios, receitas e/ou direitos emergentes da concessão. (d) Cláusulas contratuais restritivas - Covenants: A Companhia possui em seus contratos de financiamentos com o BNDES cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais. A penalidade para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia permanece cumprindo as cláusulas restritivas relativas aos referidos contratos existentes.

10. Partes relacionadas:

	Passivo não circulante		Custo dos serviços prestados e vendas (*)		Gerais e administrativas (**)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
ODB Ambiental.....	1.662	1.521	(2.245)	(452)	(2.663)	(3.729)

(*) O saldo dos custos dos serviços prestados e vendas refere-se a serviços de engenharia e logística com a controladora. (**) O

saldo de despesas gerais e administrativas refere-se: (i) rateio de despesas mantidos com a controladora, conforme contrato entre as partes, sem incidência de encargos financeiros e vencimento indeterminado e; (ii) serviços de tecnologia e processos com a controladora. 11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: (a) Natureza e expectativa de realização de IRPJ e CSLL diferidos:

Ativo (passivo) fiscal diferido	2013	2012
Provisões indedutíveis.....	392	259
Diferenças temporárias decorrentes da Lei nº 11.638/07.....	(11.981)	(9.620)
	(11.589)	(9.361)
Composição no balanço patrimonial (não circulante)		
Ativo diferido.....	392	259
Passivo diferido.....	(11.981)	(9.620)
	(11.589)	(9.361)

O passivo diferido refere-se substancialmente aos ajustes decorrentes da Lei 11.638/2007, tais como receita de construção, custo de construção, amortização do intangível e capitalização de juros. Conforme as projeções de resultado preparadas pela administração, os lucros tributáveis futuros da Companhia permitem a realização dos ativos fiscais diferidos existentes em 31 de dezembro de 2013 durante o exercício de 2014.

Expectativa de realização	2013
Ativo de imposto diferido a ser recuperado/ liquidado depois de 12 meses.....	392

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição. b) Reconciliação da despesa no resultado:

	2013	2012
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social.....	15.146	16.718
Alíquota nominal.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal.....	(5.150)	(5.684)
Efeito das exclusões permanentes.....	1.353	1.705
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(3.797)	(3.979)
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	(1.569)	(1.504)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(2.228)	(2.475)

12. Patrimônio Líquido: (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 44.531, dividido em 2.525.224 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 2.525.223 ações da acionista ODB Ambiental e 1 ação da acionista Odebrecht Engenharia Ambiental S.A. ("OEA"). (b) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social, ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a

integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia constituiu o valor de R\$ 567 (2012 – R\$ 637) de reserva legal. (c) Retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2013, os acionistas da Companhia confirmaram formalmente a intenção de não distribuir de dividendos referentes ao exercício de 2013, sendo destinado todo o lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal, para retenção de lucros, no montante de R\$ 8.040. (d) Dividendos: Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação brasileira. Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao dispositivo nos artigos 196 e 197 da lei das Sociedades por Ações. Em 15 de outubro de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram a destinação de dividendos adicionais no montante de R\$ 3.352, sobre o saldo de retenções de lucros dos exercícios anteriores, pagos em 15 de outubro de 2012. Em 28 de dezembro de 2012 os acionistas da Companhia aprovaram a destinação de dividendos adicionais no montante de R\$ 26.500, sendo o valor de R\$ 25.258 sobre o saldo de retenções de lucros dos exercícios anteriores e R\$ 4.594 sobre o Lucro líquido do exercício. No exercício de 2013, foram pagos aos acionistas o valor de R\$ 11.174, referente a parte do saldo de dividendos distribuídos no exercício de 2012. A Companhia pretende liquidar o montante de R\$ 6.184 durante o exercício de 2014. (e) Juros sobre o capital próprio: Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros em Longo Prazo - TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto. No exercício de 2013, foram distribuídos aos seus acionistas juros sobre capital próprio no montante de R\$ 2.742 (2012 - R\$ 4.482) e deste montante, foram liquidados em 2013 R\$ 2.041. (f) Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	2013	2012
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia.....	11.349	12.739
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares).....	2.525	2.525
Lucro básico/diluído por ação.....	4,49	5,05

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim o lucro básico e o diluído por ação são iguais. 13. Resultado do exercício: (a) Receita líquida de serviços e vendas: As reconciliações das receitas auferidas são conforme segue:

	Nota explicativa	2013	2012
Operações			

Receita de serviços.....		64.881	57.343
Receita de construção.....	2.10 (e)	20.666	16.414
Receita de venda	2.10 (b)	3.632	2.191
Impostos e contribuições sobre serviços.....		(6.322)	(5.470)
Outras deduções.....		(489)	(464)
		82.368	70.014

(b) Custos dos serviços prestados e vendas:

	Nota explicativa	2013	2012
Custo de construção.....	2.10 (e)	(20.253)	(16.086)
Pessoal.....		(6.156)	(5.372)
Materiais.....		(2.429)	(2.179)
Serviços			
Serviços pessoa jurídica.....		(1.781)	(1.126)
Energia elétrica.....		(2.921)	(3.649)
Outros.....		(510)	(773)
Tributos, taxas e contribuições.....		(2.383)	(2.181)
Partes relacionadas.....	10	(2.245)	(452)
Seguros.....		(363)	(327)
Amortização.....	8 (b)	(8.522)	(6.301)
(+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais.....		949	846
Outros custos.....		(580)	(599)
		(47.194)	(38.199)

(c) Gerais e administrativas:

	Nota Explicativa	2013	2012
Comercial.....		(182)	(102)
Pessoal.....		(7.248)	(4.924)
Materiais.....		(333)	(267)
Serviços			
Aluguéis e condomínios pessoa jurídica.....		(192)	(176)
Auditorias, consultorias e assessorias.....		(2.252)	(1.160)
Serviços pessoa jurídica.....		(2.324)	(1.716)
Outros.....		(372)	(542)
Viagens.....		(194)	(247)
Partes relacionadas.....	10	(2.663)	(3.729)
Outras despesas.....		(1.633)	(603)
		(17.393)	(13.466)

(d) Resultado financeiro:

	2013	2012
Receitas financeiras		

Receitas com juros.....	1.064	1.018
Juros com rendimento de aplicação financeira.....	561	210
Variações monetárias.....	20	56
Outros.....	-	3
	1.645	1.287
Despesas financeiras		
Comissões bancárias.....	(21)	(140)
Despesas com juros.....	(4.223)	(2.754)
Outros.....	(34)	-
	(4.278)	(2.894)
Resultado financeiro, líquido.....	(2.633)	(1.607)

14. Seguros: A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica da Organização e contando com o apoio da OCS – Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda., seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, a preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2013, o montante de cobertura de seguros da Companhia é considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente para a cobertura de prédios e instalações, além de cobertura de responsabilidade civil, para riscos de engenharia e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Equipamentos.....	105
Responsabilidade civil.....	80.000
Riscos de engenharia.....	18.621
Riscos operacionais.....	195.725
Riscos diversos.....	35
Garantia de contrato.....	1.276
Veículos.....	1.000

DIRETORIA

RENATO AMAURY DE MEDEIROS
Diretor Presidente

PABLO F. ANDREÃO
Diretor

LÚCIA HELENA BERTOCHI TORRES
Contadora - CRC/ES-012131/O-5.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Foz de Cachoeiro S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da Foz de Cachoeiro S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Foz de Cachoeiro S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 10 de abril de 2014

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” ES

FELIPE EDMOND AYOUB
Contador
CRC 1SP187402/O-4 “S” ES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

www.cachoeiro.es.gov.br

VAMOS COMBATER A DENGUE

**Como COMBATER a Dengue
(Denuncie – 3155-5711)**

- Destrua tampas, copos descartáveis, lata e pneus velhos ou mantenha-os bem guardados, longe das chuvas e colocados para coleta de lixo.
- Mantenha a água da piscina bem tratada e sempre limpe as calhas e a laje da sua casa principalmente a água acumulada das chuvas no terraço.
- Evite cultivar planta aquáticas e não tenha em casa planta que acumulam água nas folhas, como bromélias(gravatás). Não esqueça também de substituir a água dos pratos de plantas por areia grossa molhada.
- Troque a água das jarras de flores diariamente. Lave e escove bem os recipientes para remover os ovos do mosquito que podem esta colados nas paredes.
- Esvazie as garrafas que estão fora de uso e guarde-as sempre de boca para baixo e em lugares cobertos.
- Mantenha bem fechadas as caixas d'águas, poços, latões, filtros e latas de lixo para não permitir a entrada ou saída de mosquitos.
- Troque, todos os dias, a água dos bebedouros de animais, lavando-os com escova ou bucha.

**Lembre-se: a prevenção é sempre o
melhor remédio**

WWW.CACHOEIRO.ES.GOV.BR

Pode entrar que a casa é sua

SECRETARIAS

Nesta página você acessa as secretarias da Prefeitura e os Gabinetes do Prefeito e Vice-Prefeito.

NOTÍCIAS

As melhores notícias sobre a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e da cidade.

FALE COM O PREFEITO

Um canal direto para você falar com o nosso Prefeito e Vice-Prefeito.

EDITAIS

Aqui você como a Prefeitura faz as suas compras e contrata seus serviços.

ACONTECE EM CACHOEIRO

Informamos sobre eventos e dicas importantes.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Contas Públicas, licitações, processos e serviços.

INDICADORES ECONÔMICOS

Aqui você encontra dados numéricos sobre saúde, educação, finanças, distribuição de rendas e população.

HISTÓRIA E PERSONALIDADES

História do município, Monumentos Históricos e Personalidades Políticas, Artísticas, Pioneiros e Mulheres que ajudaram a fazer a história da nossa cidade.

SERVIÇOS

Para você encontrar facilmente todos os serviços oferecidos pela Prefeitura.

DOWNLOADS

Nesta página você consegue acessar Leis, Decretos, Portarias, Órgãos e Diários Oficiais do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM